

Sobre a Crítica da Perversão Social em Reich, Fromm e Marcuse

CARLOS AUGUSTO PEIXOTO JUNIOR*

RESUMO

O objetivo deste ensaio é fazer uma breve análise dos aportes de Wilhelm Reich, Erich Fromm e Herbert Marcuse, que de alguma forma contribuíram para a formulação de uma teoria psicanalítica da perversão social. Nesse sentido, percorremos algumas obras dos autores ao analisar conceitos importantes, tais como os de economia sexual, caráter autoritário, princípio de desempenho e dessublimação repressiva, para avaliar até que ponto eles podem ser utilizados como operadores conceituais na análise de alguns fenômenos sociais perversos. O ensaio também apresenta críticas a determinadas soluções propostas pelos autores, mostrando como os caminhos seguidos desembocam em dois modelos de utopia sexual e social.

Palavras-chave: Perversão; sociedade; psicanálise; freudismo; marxismo.

ABSTRACT

On the Social Perversion Critique in Reich, Fromm and Marcuse

This essay aims at making a brief analysis of Wilhelm Reich, Erich Fromm and Herbert Marcuse's contributions which, in some way, helped to formulate a psychoanalytic theory of social perversion. To this end, we have gone through a number of their works, where key concepts such as sexual economy, authoritarian character, performance principle and repressive de-sublimation

* Psicanalista, mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

were analysed in order to assess to what extent they can be used as operating concepts in the analysis of some perverse social phenomena. The essay also presents critiques and certain solutions proposed by the authors, showing how the paths followed lead to two models of sexual and social utopia.

Keywords: Perversion; society; psychoanalysis; Freudianism; Marxism.

RÉSUMÉ

Sur la Critique de la Perversion Sociale chez Reich, Fromm et Marcuse

Le but de cet essai est faire une brève analyse des apports de Wilhelm Reich, Erich Fromm et Herbert Marcuse, qui ont en quelque façon contribué à la formulation d'une théorie psychanalytique de la perversion sociale. Dans ce sens, on a parcouru quelques de ses oeuvres analysant des concepts-clé, comme ceux de l'économie sexuelle, du caractère autoritaire, du principe de performance et désublimation répressive, pour évaluer jusqu'à quel point ils peuvent être utilisés comme opérateurs conceptuels dans l'analyse de quelques phénomènes sociaux pervers. L'essai présente aussi critiques et certaines solutions proposées par les auteurs indiquant comment les chemins suivis arrivent à deux modèles d'utopie sexuelle et sociale.

Mots-clé: Perversion; société; psychanalyse; freudisme; marxisme.

Recebido em 31/7/98.

Aprovado em 11/9/98.

Antes de mais nada, gostaríamos de esclarecer que embora Wilhelm Reich, Erich Fromm e Herbert Marcuse não utilizassem diretamente o termo “perversão social”, esses autores colocaram seu pensamento a serviço da elucidação de diferentes momentos histórico-sociais bastante angustiantes para toda a humanidade, utilizando-se para isto de apropriações pessoais do dispositivo conceitual psicanalítico criado por Freud. O fato de que a comunidade psicanalítica os tenha de certo modo excluído através de alcunhas como as de revisionistas ou culturalistas não nos parece tornar suas contribuições totalmente descartáveis, principalmente no que diz respeito às suas análises do fenômeno nazista, já que poucos foram os teóricos que, advindos do meio psicanalítico, se dedicaram mais a fundo a essa questão, dedicação que por si própria já deveria ser suficiente para atestar o valor desses autores. Isto evidentemente não os torna isentos de críticas.

Ainda no que diz respeito à questão da perversão social, é importante lembrar que se qualquer modalidade de poder tem sempre como objetivo dominar os homens e submetê-los docilmente aos seus desígnios, o exercício concreto do mesmo pode implicar maneiras sutis e ostensivas de economia perversa. O exercício do poder supõe, muitas vezes, uma onipotência quase absoluta de quem o exerce e de quem a ele se submete e nele acredita. Essa formulação não se restringe, bem entendido, a suas formas autoritárias e autocráticas. Se para um olhar ingênuo apenas suas modalidades tirânicas implicariam numa economia perversa, para um investigador mais atento mesmo as formas de poder mais flexíveis e plásticas podem funcionar segundo as regulações de uma economia desejante perversa. Como esse tipo de economia está sempre rondando o exercício do poder, torna-se possível compreender como na ordem democrática muitas vezes a economia perversa funciona da mesma maneira que nas ordens autoritárias e autocráticas. Se certas nuances devem ser reconhecidas, a identidade essencial entre as diversas formas de poder não pode ser esquecida.

Assim, se formos delimitar melhor uma definição para a perversão social, diríamos que ela implica basicamente na existência de certos laços sociais, fundados num fantasma inconsciente, que fundamentam montagens sociais específicas cujo objetivo fundamental é a degradação, a humilhação, ou, em seu horizonte último, a destruição do outro. Na perspectiva autoritária, o nazi-fascismo foi o melhor exemplo de instalação da montagem social perversa. Já do ponto de vista da democracia, diríamos que certos traços do capitalismo industrial avançado nas sociedades moderna e pós-moderna servem bem para caracterizá-la (Peixoto Jr., 1997). Como Reich,

Fromm e Marcuse formularam uma visão crítica sobre esses fenômenos, o objetivo central deste ensaio é mostrar tanto a força quanto a debilidade das diversas teses sobre o fenômeno apresentadas pelos autores.

O Freudo-Marxismo Reichiano

De Reich, interessa-nos particularmente sua análise em *Psicologia de massas do fascismo*, formulada na primeira metade dos anos trinta. Esse período nos parece ser o mais interessante de sua produção, tendo se caracterizado pela constituição do protótipo de uma associação fundamental entre dois referentes teóricos, marxista e freudiano, constituindo uma espécie de *weltanschauung* unitária (freudo-marxismo) – o que acabou por levá-lo com frequência a polêmicas antifascistas –, ainda que seus resultados não tenham sido plenamente satisfatórios. Na sua avaliação, a ideologia fascista estaria vinculada aos objetivos de uma classe dominante que buscava, através do imperialismo, resolver as contradições econômicas inerentes ao capitalismo tardio. Como o núcleo subjetivo dessa ideologia localizava-se no aparelho psíquico dos sujeitos submetidos àquelas condições socioeconômicas, somente a psicanálise (ou o que Reich em sua linha freudo-marxista chamava de economia sexual) permitiria explicar a desestruturação e a reestruturação psíquicas sem as quais a ideologia fascista não se realizaria subjetivamente. Assim,

“a ideologia social, na medida em que altera a estrutura psíquica do homem, não só se reproduz nele mas também – o que é mais importante – se transforma numa força ativa, um poder material, no homem que por sua vez se transformou concretamente e, em consequência, age de modo diferente e contraditório” (Reich, *Psicologia de massas do fascismo*, 1972: 17).

A condição fundamental desse processo de ideologização seria a repressão sexual, que leva à formação de personalidades fracas, vulneráveis e indefesas diante do poder ideológico, resultantes da necessidade de mobilização de energias psíquicas consideráveis para a manutenção do represamento pulsional. A opressão sexual facilitaria a internalização da ideologia que legitima a autoridade, num mecanismo de retroalimentação que acaba por levar o oprimido a identificar-se material e sexualmente com o opressor. O poder, portanto, a despeito de seu conteúdo socioeconômico, utiliza-se da ideologia anti-sexual para se contrapor ao livre desenvolvi-

mento da genitalidade e torna-se o responsável pelos grandes infortúnios da humanidade.

De acordo com o discurso reichiano, nenhum movimento político-ideológico poderia ser explicado apenas em função de indivíduos ou de elites, e, nesse sentido, o triunfo do nazismo também não poderia ser entendido em termos do carisma de Hitler ou das maquinações dos capitalistas, mas através de seu ancoramento na estrutura psíquica das massas alemãs. O nazi-fascismo, essa “*expressão da estrutura irracional do homem da massa*” (*idem*: XXVII)¹, seria a principal manifestação contemporânea da ordem patriarcal, fenômeno que permitiria compreender o cruzamento das dimensões objetiva e subjetiva da ideologia. Para sua ascensão triunfal, o nacional-socialismo teria contado com a aprovação de setores importantes do proletariado e com o apoio maciço da pequena burguesia. Esta, identificando-se com o Estado, confundiu-se ideologicamente com o agressor e anulou, fantasmaticamente, a mediocridade de seu ser social na medida em que se deixou absorver na onipotência do grande Todo (Nação, Raça ou Poder).

Vendo na moral sexual o pressuposto psíquico dessa alienação consentida, Reich (*Character analysis*, 1972)² procura identificar no caráter neurótico a expressão subjetiva da existência social da pequena burguesia e o solo privilegiado para a recepção da ideologia nacional-socialista. Comentando essas hipóteses, Sergio Paulo Rouanet considera que

“essa ideologia, enfatizando a obediência para cima e a autoridade para baixo, traduz ao mesmo tempo a posição intermediária da pequena burguesia e gratifica a tendência sadomasoquista do caráter neurótico; permite um alívio contra a tirania do superego, facilitando sua exteriorização na pessoa do Fuehrer, que enquanto superego externalizado se torna imune a qualquer crítica; e fortalece, alucinatoriamente, o ego fraco” (1989: 40-41).

No caso dos trabalhadores as coisas se passariam de um modo diferente. Como o proletário não teria nenhuma ilusão individualista, ele veria sua força no caráter coletivo do movimento operário, identificando-se não com o chefe mas com os companheiros de classe, sem que com isto Reich supusesse que a classe operária estivesse imune à ideologia da classe domi-

¹ Do Prefácio à terceira edição em língua inglesa (grifado no original).

² Para as posteriores teses reichianas sobre a formação desse tipo de caráter, ver Parte II.

nante. De qualquer maneira, todos os principais elementos da ideologia nazista – a honra, o dever, o sacrifício voluntário e as noções de pátria e nação como extensão política da estrutura familiar – expressariam de forma mais ou menos direta em sua estrutura de base a negação da sexualidade.

A eficácia da propaganda nazista também seria fruto da correspondência entre sua doutrina e as estruturas psíquicas, sociais e econômicas da pequena burguesia. Ela incluiria ao mesmo tempo o material reprimido e os mecanismos de defesa utilizados no processo de socialização da família, gratificando duplamente os sujeitos. A suástica, na visão reichiana, seria o melhor exemplo disto. Apresentando ao mesmo tempo um caráter erótico e evocando idéias de honra e lealdade, ela se constitui como uma formação de compromisso entre a natureza do reprimido e a repressão, satisfazendo ambas as tendências. Reich supõe, portanto, que esse símbolo, ao evocar duas figuras enlaçadas, provocaria fortes excitações nas profundezas do organismo, excitação tanto mais forte quanto maior fosse a insatisfação e mais ardente o desejo sexual. “Se, apesar disso, esse símbolo é apresentado como emblema de respeitabilidade e de fidelidade, satisfaz igualmente as tendências de defesa e do ego moralista” (Reich, *Psicologia de massas do fascismo*, op. cit.: 97).

Mas se a ideologia era instilada de forma metódica por uma política cultural cujo núcleo era constituído pela questão sexual, suas instituições eram os “aparelhos ideológicos”, entre os quais Reich destacava a família patriarcal (aparelho de educação), que embora perdendo em importância econômica ganhava em importância política. A pedagogia familiar, ao colocar em prática a ideologia autoritária através do método da repressão sexual, dava origem ao caráter neurótico que funcionava como pressuposto psíquico para a internalização daquela ideologia. Daí a ênfase do nacional-socialismo na monogamia e nas virtudes familiares, valores que na época já estavam sendo corroídos pela realidade: a família é uma “fábrica de ideologias autoritárias e de estruturas mentais conservadoras” (Reich, 1968: 132). Sua principal tarefa política é a reprodução social do “mesmo”, e é por isso que os regimes totalitários têm como objetivo explícito protegê-la. O que Reich sublinha de forma eloqüente nessas passagens é que nos sistemas modernos de dominação a ânsia de submissão e de conformismo das massas face as instâncias de domínio é surpreendente. Nos anos trinta, por exemplo, era espantosa a maneira pela qual o proletariado alemão e internacional ansiava pela dominação, valorizando enfim os valores e os emblemas das instâncias de poder.

Para Reich, essa forma de existência do poder implicava necessariamente na destituição erótica das massas, que apenas almejavam os emblemas do poder na medida em que foram desapropriadas em seu capital erótico. As conseqüências maiores disso eram a sua pobreza erótica e o silenciamento ostensivo de seus recursos simbólicos, sendo os dois processos diferentes faces da mesma moeda. Portanto, essa modalidade psíquica de individualidade e de laços sociais indiferenciados seria marcadamente perversa, pois a homogeneidade indiferenciada que a atravessa revela o apagamento do desejo e de qualquer singularidade. A economia perversa do gozo a marca em sua totalidade e em seus menores detalhes (cf. Birman, “Sobre a perversão, o poder e a temporalidade”: 8-11).

Certamente essa notável construção teórica reichiana encontrou uma de suas condições concretas de possibilidade no ensaio de Freud sobre a “Psicologia de massas e análise do eu” (1992). Nesse ensaio, o autor nos indica de que maneira a massa homogeneizada, destituída de todo potencial desejante e de recursos simbólicos, se entrega masoquisticamente ao poder de um Fuehrer que a manipula a seu bel-prazer, mobilizando com isso o seu potencial de violência para anular qualquer traço de diferença perceptível em diferentes registros: sexual, político, étnico, religioso e ideológico. Esse ensaio freudiano pode ser considerado uma das primeiras leituras sobre o nazismo que irrompeu em seguida nos anos trinta, e que, não obstante sua derrota militar nos campos de batalha na Segunda Guerra, continuou a colonizar nossa mentalidade contemporânea através de movimentos como o neonazismo e pelas práticas sociais de intolerância que permeiam a pós-modernidade. Nesse contexto, torna-se possível encontrar uma via de leitura importante para a funesta *cultura do narcisismo*, que revela o mesmo potencial perverso já assinalado acima, marcada essencialmente pelo narcisismo das pequenas diferenças. Como bem demonstrou Joel Birman,

“a dita cultura do narcisismo que graça nos tempos sombrios da pós-modernidade e do neoliberalismo é marcada pelos mesmos operadores homogeneizantes, apesar de sua pretensão de ser uma rebeldia contra a massificação. Na verdade, a cultura do narcisismo revela como nunca a impossibilidade da alteridade e da intersubjetividade, por onde se empreende a economia narcísica do gozo sem reconhecimento do sujeito da diferença” (*op. cit.*: 11).

Esses seriam, portanto, os pontos mais interessantes que poderíamos aproveitar da teoria reichiana para pensar a perversão social. No entanto, por acreditar numa interdependência crucial entre as emancipações social e sexual, Reich definia a liberdade como saúde sexual, pregava uma politização da vida sexual privada e postulava a genitalidade livre como alternativa para as mistificações ideológicas. Ele acreditava, com extremo otimismo, que assim as fontes da vida humana (o amor, o trabalho e o conhecimento) seriam levadas a governá-la. Tamanho otimismo, carregado de ingenuidade quanto às possibilidades de uma sociedade sexualmente não-repressiva, certamente esteve na raiz do fracasso de sua luta. O erro do projeto reichiano está nessa crença de que o sujeito possa ser verdadeiramente livre para exercer sua sexualidade como bem lhe aprouver, a partir do momento em que esteja livre dos devastadores efeitos do puritanismo social. É com o intuito de sustentar uma tal “sexualidade liberada” que ele convoca a genitalidade para assumir o lugar de toda a sexualidade, fazendo da potência libidinal o equivalente da felicidade social fora do trabalho alienado. Foi justamente a utopia implícita nessa liberdade, já que o próprio sexo é fonte de restrições que provêm da organização do psiquismo e não somente da repressão social, que Freud sempre fez questão de ressaltar. Na esperança de uma possível expansão orgástica do homem, afirma Juliet Mitchell, Reich acabou extrapolando.

“Esse enfoque o levou a um número de conclusões extraordinárias: estigmatizou o ciúme como patológico dizendo que ele seria fruto da dependência econômica das mulheres que eram tratadas como posses; considerou que o amor infantil pelos pais compensava por outras privações; e postulou a superioridade da vagina. Sua revolução sexual fracassou, afirmou Mitchell, porque a assim chamada unidade dialética dos sexos era inatingível” (1974: 223; citado por Kurzweil, 1989: 162).

Esse parece ter sido o destino da tentativa reichiana de dessexualizar a libido em benefício de uma genitalidade biológica, com a qual, ao que nos parece, a força de seu projeto de crítica da perversão social acabou por se perder.

Erich Fromm e o Culturalismo

Após percorrer a *Psicologia de massas do fascismo*, de Reich, ficamos com a impressão de que algo das suas teses pode ter influenciado parte da

análise do nazismo feita por Erich Fromm, principalmente em seu livro *O medo à liberdade* (*Scape from freedom*), ao qual pretendemos nos ater mais aqui. Ainda que esse livro tenha sido criticado pelo próprio Reich numa rápida passagem de seu trabalho (cf. Reich, *Psicologia de massas do fascismo*, *op. cit.*: 206)³, algumas aproximações entre ambos saltam aos olhos. Freudo-marxista como querem alguns, culturalista como o chamaram outros, ou revisionista no dizer de todos, Fromm também articula de maneira significativa a estrutura libidinal e a estrutura social, apoiando-se numa caracterologia fundada em tipos psicológicos que permitem a sobreposição daquelas duas estruturas. Assim, ele retira da psicanálise seu suporte pulsional e metapsicológico – e é só nisto que Reich o reprova – promovendo um deslocamento em sua teoria na direção de um humanismo personalista com traços de religiosidade, que visa combater a alienação psicossocial (cf. Assoun, 1991: 76-77). Além disso, censura o freudismo por não haver notado que para além das variações individuais de cada família existiria uma unidade comum a todas elas, proveniente de sua função social como aparelho de política ideológica patriarcal, situada na base da estrutura sadomasoquista que fundamenta o caráter autoritário.

Quanto ao nazismo, Fromm, tal como Reich, descreveu seus alicerces psicológicos numa relação ambígua com a autoridade, característica da baixa classe média alemã e que tinha como base de massas a família autoritária⁴. Daí advinham o caráter sadomasoquista e a personalidade autoritária, através dos quais seria possível explicar como tantos teriam aceito de forma tão passiva tamanha opressão social, “entregando” sua liberdade aos nazistas por temor ao isolamento. De acordo com Rouanet,

“é nessa relação ativa e passiva com o poder que a personalidade sadomasoquista consegue realizar-se libidinalmente. O prazer sexual concretiza-se na obediência aos fortes e poderosos. Mas a submissão incondicional ao poder implica, ao mesmo tempo, inveja e agressividade. Como a lógica do masoquismo impede que o ódio ao agressor se exteriorize, a agressividade é reprimida e canalizada contra os mais fracos. Com o mesmo autoritarismo com que reverencia a força, a personalidade autoritária despreza a fraqueza” (1989: 56).

³ “Foi sobretudo Erich Fromm (*Authority and family* e *Scape from freedom*) quem veio mais tarde a desconsiderar totalmente o problema sexual das massas humanas e sua relação com o medo da liberdade e o desejo de autoridade”. Cf. Reich, W. *op. cit.*

⁴ Sobre essas semelhanças e diferenças entre Fromm e Reich, ver Robinson (1971).

Indivíduos com esses traços de caráter acreditam numa existência controlada por poderes inacessíveis e inalteráveis pela consciência e vontade humanas (como, por exemplo, a História ou as fatalidades biológicas), e passam a viver sua história como se fosse um destino que obedece em última instância à missão designada por poderes superiores. Isto permitiria a aceitação de um novo tipo de autoridade – cuja emergência é favorecida pelo capitalismo monopolista – exercida por poucos ou, no limite, por um personagem como o Fuehrer. Portanto, ao gerar o caráter através da socialização, a família não apenas produz a estratificação da ideologia como também semeia o solo onde ideologias produzidas por outros aparelhos poderão se enraizar, consolidando um tipo específico de dominação social. Como o caráter social autoritário e sua vertente sadomasoquista parecem ser neuróticos e não perversos, poder-se-ia ver, aqui, a gênese do que considerávamos ser uma montagem, que se aproveitaria da personalidade neurótica para submetê-la a um mecanismo perversamente articulado.

Nota-se que as primeiras formulações de Fromm sobre o caráter autoritário durante os anos trinta ainda mantêm uma base pulsional, na qual se estabelece alguma correspondência entre as normatividades intrapsíquica (autoridade interna) e social (autoridade externa), que será abandonada futuramente na fase mais revisionista de sua obra. Mesmo assim, elas já criticam a psicanálise freudiana por não ter supostamente percebido que a formação do caráter serviria para manter a sociedade de classes, constituindo-se como condição e não como pressuposto de uma civilização que assegura o poder da minoria sobre a maioria. Como produto de sua própria cultura, acreditava Fromm, Freud encontrou dificuldades na tentativa de entender fenômenos irracionais na vida dos indivíduos normais e menosprezou as dinâmicas individual e cultural, o que o impediu de pensar a totalidade da estrutura de caráter do homem moderno. Estabelecendo distinções entre o recalque socialmente necessário para o funcionamento social e o recalque adicional imposto pelo poder para a manutenção da sociedade de classes – o que Marcuse chamará de “sobre-repressão” –, Fromm procura mostrar como as autoridades interna e externa impõem ao ego um recalque excessivo, que o leva a debilitar-se e a buscar auxílio nos poderes do superego e em suas manifestações exteriores, representadas pela instâncias de dominação que reforçam a situação de dependência (cf. Rouanet, 1989: 59ss).

A partir de 1941, com a publicação de *O medo à liberdade*, Fromm se afasta cada vez mais de Freud ao dedicar-se à tarefa de compreender mais detalhadamente as razões que levaram a uma fuga totalitária da liberdade

durante o nazi-fascismo. Nesse trabalho, é ainda a situação da classe média que constitui o ponto chave para a compreensão de todos os movimentos fascistas. Considerando que os primeiros modelos do fascismo medieval, presentes nas idéias de Lutero e Calvino, também tiveram sua origem numa classe média ameaçada de isolamento, o autor vê neles os responsáveis pela criação dos traços de caráter que, tornando-se as forças produtivas do capitalismo, deram origem ao fascismo moderno. Também nesse último caso,

“a classe média inferior reagiu a certas mudanças econômicas, como o poder crescente do monopólio e a inflação do pós-guerra, com uma acentuação de certos traços de caráter, quais sejam os anelos sádicos e masoquistas; a ideologia nazista atraiu e agravou esses traços, e os novos traços de caráter, então, tornaram-se forças eficazes para apoiar a expansão do imperialismo alemão” (Fromm, *op. cit.*, 1983: 234).

Isto teria ocorrido, continua Fromm, porque os indivíduos não teriam podido conjugar a “liberdade de”, que possibilita a emancipação pessoal, com a “liberdade para”, que permite a realização positiva da individualidade através da solidariedade ativa com os outros e suas atividades, caracterizando-se como uma liberdade emancipatória que evita o isolamento. Sempre que as condições sociopolíticas e econômicas introduzem um vazio entre esses dois modelos de liberdade, impossibilitando a construção de uma base mais consistente para a realização da individualidade solidária, instalam-se a indiferença ou o autoritarismo perversos. Esse vazio

“torna a liberdade um fardo insuportável. Ela torna-se, então, idêntica à dúvida, a um tipo de vida que carece de significado e direção. Surgem então tendências poderosas para escapar desse tipo de liberdade para a submissão ou para alguma espécie de relacionamento com os homens e com o mundo que prometa aliviar a incerteza, ainda que despoje o indivíduo de sua liberdade” (*idem*: 39).

Rejeitando a tese freudiana do desamparo primordial, estrutural, Fromm vê no contexto histórico da sociedade moderna o responsável pelo fato de que o homem sinta seu próprio eu como algo insignificante, prontificando-se a subordinar sua vida de maneira exclusiva a outros fins que não os seus próprios. É assim que ele aceita tornar-se escravo de uma máquina econômica, ou de um Fuehrer. Os sentimentos de incapacidade e isolamento

modernos fazem com que os relacionamentos percam seu caráter humano, assumindo um espírito de manipulação e instrumentalidade onde passam a imperar as “regras do mercado”. Na modernidade, portanto, o homem não apenas passou a vender mercadorias como tornou-se ele próprio uma verdadeira mercadoria à venda. Seu caráter autoritário e sadomasoquista constitui a fundação humana que deu origem ao nazi-fascismo que exige dele subordinação, dependência e sacrifício. Nessas condições, o sistema e as doutrinas hitleristas não passam de uma expressão exagerada do caráter autoritário cuja essência é constituída por traços sádicos, que tendem ao poder destrutivo absoluto sobre o Outro, e traços masoquistas, que passam pela desintegração do eu absorvido por um poder terrivelmente forte. Ambas as tendências seriam “provocadas pela incapacidade do indivíduo isolado para sustentar-se sozinho e por sua necessidade de um relacionamento simbiótico que supere essa solidão” (*ibidem*: 177).

No panorama geral da política psicanalítica (cf. Kurzweil, *op. cit.*: 96-99), enquanto Fromm tentava explicar o autoritarismo alemão e entender como fascistas em potencial (também nas democracias) podiam se tornar fascistas reais, os freudianos clássicos enfatizavam muito mais as divisões entre a psique e o corpo do que as rupturas entre a psique e a sociedade. Ainda que o objetivo de Fromm fosse de certa forma louvável, eles achavam que os culturalistas estavam renunciando ao mundo intrapsíquico assim como à dimensão psicanalítica da sexualidade e da agressividade. Para Fromm, a energia humana estava muito mais a serviço da vida do que a serviço da morte, e esse tipo de esperança funcionava como mais um ataque aos freudianos, particularmente à noção de pulsão de morte. É assim que ele posteriormente rejeita a distinção entre pulsões de vida e de morte, esperando que a pulsão sexual fosse sublimada através de mudanças nas relações dos homens com o trabalho e com seus ideais. Posteriormente, os ataques às suas concepções relativamente simplistas da personalidade vieram de todos os lados: de acordo com Marcuse, Fromm negligenciou a dessublimação repressiva e os marxistas radicais o consideraram pouco revolucionário. Já para os freudianos clássicos, ele permaneceria eternamente apenas um utópico.

Seria importante lembrar que a intenção de Fromm, pelo menos na década de 30, foi fazer uma crítica marxista de Freud: detectar o núcleo sócio-histórico dos conceitos freudianos fundamentais; demonstrar a formação social e histórica de pulsões supostamente “anistóricas”; fazer ver no superego a internalização psíquica das instâncias ideológicas específi-

cas de uma dada sociedade e integrar o complexo de Édipo no processo geral de produção e reprodução (expondo a família patriarcal como sua condição objetiva), eram suas principais pretensões. De acordo com Slavoj Žizek, essa socialização sumária do inconsciente acarreta um problema quase “epistemológico”:

“quando se atenua a contradição entre o eu e o id, como evitar a recaída no conformismo social mais ou menos direto, isto é, em que basear a resistência à ordem existente? Fromm se livra desse impasse através de uma vasta construção antropológica da ‘essência humana’ que combina traços do humanismo do jovem Marx, da antropologia existencialista, etc.: o homem como ser desarraigado que tem de preencher o vazio de sua ruptura com a substância natural pela atividade criadora e pelas reações interpessoais de amor, sendo todos os traços negativos (a destrutividade, etc.) um mero efeito do bloqueio dos potenciais criativos positivos” (Žizek, 1992: 12-13, nota).

Assim, afinal, é o próprio Fromm quem “alicerça” o edifício analítico de uma antropologia existencial anistórica. A Teoria Crítica da Sociedade, constituída na famosa Escola de Frankfurt, lutou desde o início contra essa orientação revisionista, precisamente em nome de uma rigorosa reflexão histórico-materialista: o pivô do chamado “debate sobre o culturalismo”, primeira grande cisão no seio da Teoria Crítica, foi justamente o repúdio ao revisionismo neofreudiano de E. Fromm, submetido a uma crítica radical, sobretudo por parte de Adorno e Marcuse.

A Crítica da Sociedade em Marcuse

Diante do culturalismo exacerbado de Erich Fromm, *Eros e civilização*, de Herbert Marcuse, se pretende uma crítica do revisionismo neofreudiano, que mostra a fecundidade social de conceitos como os de pulsão de morte e sexualidade infantil, freqüentemente reputados como instintivistas. Ele procura demonstrar que sob o aparente pessimismo e conservadorismo do pensamento de Freud, haveria uma subjacente crítica que continha uma violenta acusação à civilização estabelecida e uma promessa de libertação final. Considerando uma tal crítica, a exigência aparentemente progressista dos revisionistas quanto a uma concepção dinâmica da sociedade, sensível às variações entre culturas, seria de fato reacionária, porque ignorava os denominadores repressivos comuns que unem todas as sociedades. Além

disso, ao decidirem pela rejeição da pulsão de morte eles optavam por um confortável otimismo, evitando a penetração crítica de um conceito fundamental de Freud que “revelou o oculto elo inconsciente que vincula os oprimidos aos seus opressores” (Marcuse, 1987: 270). No Epílogo a *Eros e civilização*, Marcuse também acrescenta um ataque devastador ao “sucesso ajustativo” advogado pelos revisionistas neofreudianos na América (Fromm, Horney), e os acusa de confundir ideologia com realidade e minimizar a esfera biológica. Embora essas acusações pareçam se aplicar igualmente bem a Marcuse, ele acabará explicitando que a distinção entre categorias psicológicas e políticas tornou-se obsoleta pela condição do homem na era atual.

Marcuse aceita, portanto, os pressupostos da sexualidade, do inconsciente, da repressão (muitas vezes confundida com o recalque⁵) e da pulsão de morte em sua reinterpretação das intervenções do freudismo no social. Em seu trabalho, os dois conceitos que mais se destacam são os de “sobre-repressão” e de “princípio de desempenho”. O primeiro conceito designa as restrições quantitativas à sexualidade que resultam do domínio político-econômico, e, além de aparentar-se ao recalque adicional do qual falava Fromm, “tinha o propósito de ser identificada com a mais-valia de Marx” (Robinson, 1971: 158), propiciando assim uma saída teórica para a infeliz equação da civilização com a repressão. Já o princípio de desempenho designava uma forma particular assumida pelo princípio de realidade no período do capitalismo moderno, que exigia modelos de repressão mais variados para a sobrevivência da civilização e levava a uma quase completa dessexualização das zonas erógenas pré-genitais, reforçando a genitalização total da sexualidade. O princípio de desempenho articulava-se, portanto, com a tirania genital, e deixava o resto do corpo livre para ser utilizado como instrumento de trabalho.

“Na história da civilização, a repressão básica e a sobre-repressão encontram-se inextricavelmente interligadas, e o progresso normal para a genitalidade organizou-se de tal modo que os impulsos parciais e suas ‘zonas’ quase foram dessexualizados, a fim de se ajustarem aos requisitos de uma organização social específica da existência humana” (Marcuse, 1987: 270).

⁵ Para esta e outras dificuldades da leitura marcusiana de Freud às quais não poderemos nos ater aqui, ver Laplanche (1970).

Enquanto Freud afirmava que a história do homem era a história de seu recalçamento e supunha que isto se devia à inevitável luta entre Eros e a civilização, Marcuse argumentava que o conflito irreconciliável não se passava entre trabalho (princípio de realidade) e Eros (princípio do prazer), mas entre trabalho *alienado* (princípio de desempenho) e Eros. Ele acreditava, portanto, que uma sociedade socialista poderia engendrar o “trabalho libidinal não-alienado” e uma “civilização não-repressiva baseada na sublimação não-repressiva”. Daí, Marcuse procurava concluir que a ressexualização do corpo polimorficamente perverso, resistindo à transformação num instrumento de trabalho, constituiria a meta da realização humana. Nessas condições, todo e qualquer desvio sexual (perversão sexual) passava a representar um protesto contra a tirania genital imposta pela sociedade. Tal argumentação depende, obviamente, da tese de que as pulsões estejam sujeitas à modificação histórica e de que a repressão seja amplamente um fenômeno histórico. É assim que supostas necessidades biológicas são redefinidas como contingências históricas. Marcuse conclui que a repressão biológica em si não é o problema, mas que nossos problemas advêm da “sobre-repressão adicional” produzida pelas instituições históricas específicas do nosso período. O resultado é que Freud é convertido numa espécie de Marx erotizado.

A ampla crítica de Marcuse, não apenas ao capitalismo avançado como também às sociedades comunistas, analisava o declínio do potencial revolucionário nas sociedades capitalistas e o desenvolvimento de novas formas de controle social. De acordo com Douglas Kellner (1988), ele argumentava que a sociedade industrial avançada criou falsas necessidades, que integraram os indivíduos no sistema existente de produção e consumo através dos *mass media*, da propaganda, da gerência industrial e dos modos contemporâneos de pensamento. O resultado disso foi o universo unidimensional. Consideradas essas condições, na parte de seu trabalho dedicada à estética, Marcuse tentava defender a importância das grandes artes como projetos de emancipação e argumentou que a revolução cultural era uma parte indispensável da política revolucionária.

O trabalho de Marcuse em filosofia e teoria social acabou gerando inúmeras polêmicas e controvérsias. Muito dessa controvérsia envolveu suas críticas às sociedades capitalistas contemporâneas e à defesa de uma mudança social radical. Ainda segundo Kellner, sua visão da liberação – do desenvolvimento completo do indivíduo numa sociedade não-repressiva – distinguiu seu trabalho, em conjunto com a crítica afiada das formas exis-

tentes de dominação e opressão. Além disso, Marcuse também mostrou constantemente como a ciência, a tecnologia e a própria teoria tinham uma dimensão política e produziam o corpo sólido de análise ideológica e política de muitas das formas dominantes de sociedade, cultura e pensamento durante a era turbulenta em que ele viveu.

Marcuse também tem muito pouca afeição pelo progresso tecnológico. Em seu ensaio sobre o “Homem unidimensional”, ele descreve como a tecnologia e a industrialização são as ferramentas de opressão favoritas do *establishment* para a produção de laços sociais perversos. Através da desmistificação seletiva (que Adorno chamava de “pseudo-racionalidade”), os poderes dominantes de uma nação criam uma sociedade onde qualquer coisa que não possa ser compreendida em sua linguagem analítica é desprezada como falsa. Ele sugere que a sociedade industrial domina não apenas pela tecnologia, mas tornando a linguagem unidimensional; as palavras significam apenas o que as autoridades dizem que elas significam. A própria tecnologia é difundida pelas ideologias dos que a produzem. “O poder da máquina é apenas o poder do homem armazenado e projetado”, insiste Marcuse,

“e portanto só pode ser caracterizado como mais ou menos libertador depois que seus responsáveis tenham sido submetidos a uma crítica cuidadosa. Uma falta de liberdade confortável, serena, razoável e democrática prevalece na civilização industrial avançada” (Marcuse, *One dimensional man*, 1964: 1-3).

Num artigo que discute “as novas formas de controle”, Marcuse argumenta também que a liberdade de empreendimento deveria ter introduzido uma nova “estrutura de existência humana”, onde a mecanização e a estandardização dispensariam o homem de executar tarefas rotineiras e de colocar-se à prova no mercado. Ao invés disso, ela assinalou a emergência de uma nova forma de totalitarismo nas nações industrializadas. Uma vez definidos como autoridades governamentais centralizadas que buscam fazer dos cidadãos elementos secundários para o estado, o totalitarismo e o fascismo, afirma Marcuse, assumiram um novo e sutil disfarce. Eles agora se movem livremente dentro de uma sociedade pluralista e “impõem suas exigências políticas e econômicas de defesa e expansão do tempo de trabalho e do tempo livre na cultura material e intelectual” (Marcuse, 1996: 112). Marcuse descreve a sociedade contemporânea industrializada como uma espécie de máquina que exerce domínio e controle sobre seus cidadãos

porque controla a economia, o governo e as normas sociais que governam nossas vidas. Ele procura explicar nossos excessos e nossas razões para esses excessos. Estamos todos concorrendo pelo mesmo objetivo – a manutenção do *statu quo*. Visando a manter a máquina, que Marcuse chama de “sociedade industrial”, em andamento, tornamo-nos basicamente uma nação de consumidores.

Na leitura de S. Zizek, essa “historicização” do edifício teórico freudiano nada tem em comum com a valorização dos problemas socioculturais e dos conflitos éticos e emocionais do “eu”, mas chega a ser o próprio oposto do gesto revisionista que consiste em “domesticar” o inconsciente e atenuar, por meio disso, a tensão fundamental e irredutível entre o eu, estruturado de acordo com os valores sociais, e os impulsos inconscientes que a ele se opõem – tensão que confere à teoria freudiana seu potencial crítico. Numa sociedade alienada, o campo da “cultura” se assenta na “repressão” de um núcleo excluído desse campo, assumindo a forma de uma quase-natureza; a segunda “natureza” é a testemunha petrificada do preço pago pelo “progresso cultural”: a “barbárie” interna à própria cultura. Segundo Russel Jacoby, essa leitura “hieroglífica”, que tenta decifrar a rede pulsional quase-biológica e nela detectar os vestígios de uma história cristalizada, encontra-se especialmente em Marcuse:

“Diferentemente dos revisionistas, Marcuse não renuncia aos conceitos quase-biológicos de Freud; desenvolve-os, mas o faz de maneira mais convincente do que Freud e até contra ele. Os revisionistas introduzem a história e a dinâmica social na psicanálise como que *de fora* – através dos valores, das normas e das metas sociais. Marcuse identifica a história *dentro* dos conceitos; interpreta o ‘biologismo’ freudiano como uma segunda natureza, como a história cristalizada” (Jacoby, 1977: 31; citado por Zizek, 1994: 11).

A relativa autonomia do eu repousava em seu papel mediador entre o id (substância libidinal não-sublimada) e o superego (a “repressão” social, as demandas do meio social que exercem pressão sobre o indivíduo); pois bem, acrescenta Zizek, a “dessublimação repressiva” pode prescindir desse meio de “síntese” que é o eu “autônomo”: trata-se de uma “dessublimação” em que o eu “regredir ao inconsciente, torna-se automático”, perde sua autonomia mediadora-reflexiva, mas esse mesmo tipo de comportamento “regressivo”, compulsivo, irrefletido, “automático”, supostamente caracte-

rístico do id, já serve à “repressão” e corresponde às demandas do superego, muito longe de nos “libertar” das exigências da ordem social existente – as forças dominantes da “repressão” social exercem sua influência “manipulatória” sobre os próprios potenciais pulsionais.

Opondo-se à opressão industrial, Marcuse defendia a “linguagem do conhecimento”, uma linguagem de conscientização que abriria o universo fechado do discurso para a dialética. Ele trava uma luta contra o poder invisível, o mistério que controla a sociedade industrial. Sua esperança é que o fascismo em todos os seus disfarces venha a ser “vencido por forças... que tornarão possível uma sociedade mais humana e mais racional”. Essa esperança e a teorização que a sustenta são, ambas, paradoxais e problemáticas. Elas são, como o próprio Marcuse admite repetidamente, perigosas e utópicas. Sua resposta para a opressão e a repressão causadas pela tecnologia nas sociedades industriais tende a ser essencialmente platônica: as coisas ficaram tão ruins e tão pouco humanas, que só os pensadores críticos e filósofos esclarecidos podem agora salvar o mundo. E as pessoas deveriam ser forçadas a se dar conta de que seus pensamentos e ações são, em grande parte, cruéis, inumanos e fundamentalmente egoístas.

Em sua análise das correlações entre a repressão sexual e a dominação política, Marcuse, diferentemente de Reich e Fromm, não fez praticamente nenhuma menção à família cuja função de veículo social repressivo ele acreditava já ter sido eliminada nos anos cinquenta. Daí também a pouca importância atribuída por ele ao complexo de Édipo. Sua impressão era a de que as ameaças de autodestruição, ou auto-aniquilamento, estavam intimamente relacionadas com o próprio caráter repressivo da civilização estabelecida, e o conceito de pulsão de morte servia-lhe para explicar a violência característica do século XX. O dualismo freudiano, segundo ele, ameaçava constantemente converter-se num monismo de morte, e a derrota de Tanatos só poderia ser assegurada pela libertação de Eros. Era preciso não restringir as possibilidades da libido, mantendo-a forte e não-sublimada, para que a destrutividade fosse mantida em seu nível mínimo. Marcuse defendia nesses termos – de um modo às vezes um tanto simplista – uma civilização não-repressora, na qual o corpo humano pudesse se tornar se um órgão de prazer, ao invés de ser utilizado como mero instrumento de labuta e esforço. Esse argumento encontra-se na base do conceito de “sublimação não-repressiva” (Marcuse, 1987: 169 e 208-210), onde as relações de trabalho assumiriam o caráter de relações lúdicas ou mesmo de descargas eróticas, que ele próprio também acabou por admitir que um dia

se tornariam vítimas da “dessublimação repressiva” (Marcuse, *Ideologia da sociedade industrial*, 1964: 72-79), fruto do progresso da sociedade tecnológica. Assim, a utopia de cunho narcisista de um mundo liberado e pacificado acabava caindo por terra.

Conclusão

Restaria talvez responder à seguinte questão: o que parece haver de comum entre Reich, Fromm e Marcuse? No mínimo, diríamos, suas preocupações em desmistificar o pessimismo cultural de Freud. Tentando mostrar que esse pessimismo só seria justificável na civilização burguesa, eles acabam por sucumbir a um otimismo neo-rousseauísta que trivializa a dialética inerente ao freudismo. Não há dúvida que, como acreditamos ter deixado claro, certos pontos de suas análises críticas da perversão social possam ser considerados bastante interessantes. Mas a debilidade de algumas teses encontra-se bem demarcada nas alternativas de solução para as questões apresentadas pelos autores.

O problema em Reich e em Fromm parece ser o do predomínio da genitalidade (utopia genital), impedida de ser exercida em sua plenitude pelas políticas repressivo-ideológicas do capitalismo, que se utiliza de seus diversos aparelhos ideológicos de Estado com esse objetivo. Ao que nos parece, a hipótese de que a perversão sexual seja fruto de uma não-predominância libidinal da zona genital é altamente criticável, se considerarmos a sexualidade a partir de uma perspectiva polimorfa e múltipla. Portanto, em suas tentativas de crítica das perversões sociais, ambos os autores acabaram por recorrer a teses sexualmente reacionárias como a de uma suposta forma superior de exercício da sexualidade. Seguindo esse caminho, por exemplo, poderíamos ser levados a pensar que numa sociedade “verdadeiramente livre” não encontraríamos homossexuais, já que não ocorreriam fixações pré-genitais, caso se justifique a tese da homossexualidade como fixação libidinal a um funcionamento pulsional pré-genital infantil.

Já em Marcuse, talvez o crítico mais profícuo entre os três, encontramos a denúncia da genitalidade como instrumento de repressão social e a suposição de uma sociedade que libertaria as possibilidades de exercício sexual pré-genital, o que o leva a admitir a hipótese de uma estrutura psicossocial não conflituosa. Eros passando a estar a serviço da civilização, o mal-estar deixaria de existir. Trata-se, portanto, de uma utopia generalizada já que, do ponto de vista freudiano, o conflito pulsional não é apenas inevitável como

também interminável. Saindo da utopia genital de Reich e de Fromm, cairíamos na utopia pré-genital de Marcuse. O fato de que essas tentativas não tenham sido tão bem-sucedidas e que, portanto, sejam criticáveis em alguns aspectos, não significa que elas não apresentem questões bastante relevantes que continuam a merecer a nossa atenção, nem nos levam a supor que possamos dispensar os aspectos sociais para compreendermos melhor as perversões em sua realidade própria (o universo social). De qualquer modo, não poderíamos deixar de lembrar, como o fez Cornelius Castoriadis, que

“a psicanálise não postula um ser humano intrinsecamente ‘bom’; nem acredita – como Reich, Marcuse e alguns ideólogos franceses do ‘desejo’ – que nós tenhamos apenas que deixar os desejos e pulsões se expressarem por si mesmos para que se instale a felicidade universal. O resultado num caso como esse seria provavelmente o assassinato universal” (1994: 6).

Para a psicanálise, como aliás para alguns pensadores na história da filosofia, o adulto internalizou uma enorme quantidade de coerções externas que lhe foram impostas, as quais formam uma parte integral de sua psique. A partir de uma perspectiva psicanalítica, portanto, esse sujeito renunciou à sua onipotência, aceitou o fato de que as palavras nem sempre significam o que ele quer que elas signifiquem e dessa forma reconheceu a existência do outro, cujos desejos muitas vezes se opõem aos seus. Trata-se mais particularmente do reconhecimento da castração que faz com que os sujeitos possam se reconhecer no mundo social como desejanter, o que lhes dá a oportunidade de trocas simbólicas entre diferentes singularidades. De um ponto de vista sócio-histórico, o adulto internalizou virtualmente a instituição social existente como um todo, e, mais especificamente, as significações imaginárias que em cada sociedade particular organizam o mundo humano e o não-humano e dão a ele uma significação. Nesse sentido, um verdadeiro combate à perversão social não passa fundamentalmente pela libertação da sexualidade, o que talvez seja interessante embora não fundamental, mas por uma luta contra determinadas montagens sociais que buscam impedir a pluralidade de discursos e significações possíveis como formas de apresentação dos sujeitos, tentando impor uma forma única de subjetivação através da coletivização dos ideais de ego, e que impedem a construção de uma verdadeira coletividade de sujeitos. Trata-se, fundamentalmente, de combater as montagens perversas que objetivam eliminar as diferenças e as singularidades.

Referências Bibliográficas

- ASSOUN, P.L. *A escola de Frankfurt*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BIRMAN, J. *Sobre a perversão, o poder e a temporalidade* (Exemplar Original).
- CASTORIADIS, C. Psychoanalysis and politics. In: CASTORIADIS, C. *Speculations after Freud: psychoanalysis, philosophy and culture*. London: Routledge, 1994.
- FREUD, S. Psicología de las masas y análisis del yo. In: FREUD, S. *Obras Completas*. Buenos Ayres: Amarrortu Editores, 1992, v. XVIII.
- FROMM, E. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1983.
- JACOBY, R. *Social amnesia: a critique of conformist psychology from Adler to Laing*. Brighton: Harvester, 1977.
- KELLNER, D. *Marcuse: critical theory and the promise of utopia*. New York: Bokina & Lukes Editors, 1988.
- KURZWEIL, E. *The freudians: a comparative perspective*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- LAPLANCHE, J. Notes sur Marcuse et la psychanalyse. *La Nef*. Paris, n.º 33, PUF, 1970.
- MARCUSE, H. *One dimensional man*. Boston: Beacon Press, 1964.
- . *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1964.
- . *Eros and civilization*. London: Ark, 1987.
- . The new forms of control. In: MARCUSE, H. *Thinking about the environment: readings on politics, property and the physical world*. New York: M.E. Sharp, 1996.
- MITCHELL, J. *Psychoanalysis and feminism*. New York: Pantheon, 1974.
- PEIXOTO Jr., C.A. *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social-UERJ, 1997 (Tese de Doutorado, no prelo).
- REICH, W. *La révolution sexuelle*. Paris: Librairie Plon, 1968.
- . *Character analysis*. New York: Touchstone, 1972.
- . *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1972.
- ROBINSON, P.A. *A esquerda freudiana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.
- ROUANET, S.P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1989.
- ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- . *The metastases of enjoyment*. London: Verso, 1994.